

NOS PORÕES DA DITADURA: PSICANÁLISE DA TORTURA AOS PRESOS POLÍTICOS NO BRASIL PÓS-64.

*Celso Ramos Figueiredo Filho**

Resumo

Neste artigo exploramos a hipótese de que os torturadores e demais membros das agências repressivas no Brasil da ditadura mantinham sua coesão grupal através dos mecanismos psíquicos da identificação tal como descritos por Freud no “Psicologia das Massas e análise do Eu” (1921). Partimos caso do militante da ALN, Eduardo Collen Leite, o Bacuri, violentamente torturado e morto em 1970 para mostrarmos a importância da existência dos “out group” para a sustentação grupal.

Palavras-chave:

Ditadura; tortura; identificação; psicanálise.

Abstract

This article explores the hypothesis in which the torturers and other members of repressive agencies in Brazil's dictatorship maintained the group unity through the psych mechanisms of identification as described by Freud in “Mass Psychology and Analysis of the ‘I’” (1921). Starting from the ALN's militant case, Eduardo Collen Leite – so-called “Bacuri”, who was severely tortured and murdered in 1970 we illustrate the relevance about the existence of the “out group” for your own support.

Keywords:

Dictatorship; torture; identification; psychoanalysis.

Celso Ramos Figueiredo Filho

Introdução

Bacuri foi seqüestrado pela repressão em 21 de agosto de 1970. O Brasil ordeiro e progressista ainda festejava o memorável e inédito título de Tri-Campeão Mundial de Futebol. A gíngua do “escrete” canarinho provou, definitivamente, nos gramados mexicanos, que “com brasileiro, não há quem possa”. E a felicidade não poderia ser maior: o PIB nacional batia, pelo terceiro ano consecutivo, o recorde histórico de crescimento. O “milagre” finalmente acontecia, mostrando que o Brasil só se podia “amá-lo ou deixá-lo”. Mas quem, em sã consciência, optaria pela segunda alternativa e deixaria “um País que vai pra frente”?

Ao Eduardo Collen Leite, o Bacuri da ALN (Aliança Libertadora Nacional), não foi dada a opção de escolha. Aliás, ela não foi dada a nenhum daqueles que em sã consciência ousaram desafiar a ordem dos generais. Aqueles poucos que conseguiram escapar das Górgonas o fizeram por vias deveras tortuosas. Assim, Bacuri foi preso por uma equipe do DEOPS paulista, chefiada pelo próprio delegado Fleury, ao sair de um cinema, no Rio de Janeiro, onde tinha ido para “cobrir um ponto”². Seu espancamento teve início em ato contínuo à sua prisão e os suplícios duraram exatos 109 dias. Foi encontrado morto, aos 25 anos, às margens de uma rodovia, em Boracéia, no litoral de São Paulo, na noite de oito de dezembro de 1970. Seu corpo apresentava escoriações generalizadas, fraturas de membros e costelas, queimaduras, cortes profundos, dentes arrancados, olhos vazados e orelhas afundadas. Ao longo desses três meses e meio de agonia nas alcovas do “País do futebol” foi intercambiado por várias das agências repressivas do eixo Rio-São Paulo. Esteve além do DEOPS e DOI-CODI paulistas, no CENIMAR e DOI-CODI cariocas. Ninguém sabe ao certo os motivos desse vai-e-vem, testemunhado por outros presos políticos em cada um dos calabouços por onde ele passou, nem o que lhe aconteceu durante todas essas semanas, afora as torturas. Sabe-se apenas que sua morte fora noticiada por vários jornais, no dia sete de dezembro, quando ele ainda estava vivo. Tratou-se, literalmente, de uma morte anunciada. Em tempo, nessa mesma data, fora seqüestrado no Rio, por um comando da VPR — Vanguarda Popular Revolucionária³ —, o embaixador suíço, e tudo indicava que Bacuri entraria na lista dos presos a serem libertados em troca do diplomata.

Eduardo não era nenhum teórico do marxismo ou da luta armada, nem tão pouco ocupava uma posição de chefia ou de liderança na organização à qual pertencia. O que, explica, então, tamanha ferocidade dos órgãos repressivos?

Bacuri era um combatente destemido. Já havia participado de inúmeras ações da guerrilha urbana, dentre elas o ousado roubo de fuzis do Hospital Militar do Cambuci,

em São Paulo, em vinte e dois de junho de 1968. Após as ações, Bacuri telefonava para as agências repressivas para debochar dos policiais. E, telefonava outra vez para jurar de morte os torturadores e assassinos de seus companheiros. E, telefonava outra vez mais para, como à moda antiga, desafiá-los para duelos. Bacuri não tinha “tempo para temer a morte”, sabia que era “preciso estar atento e forte”. E, somando-se a isso, Bacuri era um desertor do Exército Brasileiro, ao qual servira na patente de cabo, no mesmo 4º. Regimento de Infantaria, de Quitaúna, de onde também desertara o capitão Lamarca.⁴

O caso de Eduardo Collen nos pareceu exemplar daquilo que consideramos um dos aspectos indispensáveis para a compreensão da dinâmica da tortura: a identificação entre os agentes da repressão.

Em 1921, no “Psicologia das Massas”, Freud afirmou que a “identificação é o laço afetivo mais antigo de um indivíduo”⁵; em 1923, no “O eu e o isso”, ele reforçaria ainda mais essa tese, ao propor que “os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, na base de possuírem o mesmo ideal de eu”⁶. Baseados nisso, consideramos que os laços sociais mantidos pelos membros da polícia política se fundamentavam em identificações. E, uma vez que elas estão na base de todos os vínculos sociais, pretendemos neste artigo discutir como se deu a identificação entre os militares e os policiais brasileiros envolvidos na repressão política Pós-64. Estamos convencidos de que não compreenderemos satisfatoriamente bem a dimensão subjetiva dos homens envolvidos na repressão e na tortura propriamente dita sem termos verificado como era construída a identificação entre eles, na atuação cotidiana das agências repressivas, e também entre seus superiores.

Nossa base teórica é, fundamentalmente, o já mencionado texto de Freud sobre a psicologia das massas. É uma obra de Freud especialmente importante para os nossos objetivos porque, tomando de empréstimo as palavras de Leon Rozitchener, é o texto em que Freud vai “desentranhar [...] o núcleo racional do despotismo coletivo”⁷. Trabalhamos também com o ensaio “O eu e o isso”, para aprofundar a argumentação em torno da idéia de que os militares partilhavam de um mesmo “ideal de eu.”

É preciso lembrar o fato de que as agências mais atuantes na repressão política durante o período estudado, o DEOPS paulista e os DOI-CODIs dos I (Rio de Janeiro) e II (São Paulo) Exércitos tinham suas equipes compostas por agentes oriundos das Forças Armadas e das polícias civis e militares estaduais. Essa composição mista nos obriga a tratarmos o processo de construção de identificação, respectivamente no âmbito propriamente militar (Forças Armadas e PM) e também no plano da polícia civil, pois são modalidades, como veremos a seguir, intrinsecamente diferentes. Finalmente, mostraremos como as agências sustentavam essa identificação no seu cotidiano e de que recursos o

Celso Ramos Figueiredo Filho

Governo lançava mão para reforçá-la continuamente, lembrando sempre que o pano de fundo ideológico era a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN).

1. Um pouco da metapsicologia da identificação

Freud, na construção da sua tese sobre a psicologia das massas, partiu emblematicamente daquilo que ele chamou de “massas artificiais”, a saber, o Exército e a Igreja. Esse tipo de “massa” se caracteriza, na avaliação de Freud, por revelar um elevado grau de organização interna e também por demandar “uma força externa para mantê-las reunidas”⁸. Malgrado a existência dessas poderosas forças coercitivas externas, que certamente contribuem para a manutenção da sua coesão, mas sobre as quais Freud admitiu estar pouco interessado, o que preserva a integridade desses grupos é a ilusão do amor do líder igualmente dispensado a todos os seus membros. Na Igreja, o líder amoroso seria Jesus Cristo, ao passo que no Exército, esse papel seria exercido pelo comandante-chefe da unidade militar. Assim, conforme Freud,

o comandante-chefe é um pai que ama todos os soldados igualmente e, por essa razão, eles são camaradas entre si. O exército difere da Igreja por “compor-se de uma série de tais grupos”, ou seja, a cada cadeia hierárquica, o oficial respectivo funciona como o “pai amoroso” da sua unidade.⁹

Disso decorre uma de suas teses centrais: “o laço mútuo existente entre os membros de uma massa é da natureza de uma identificação [...]”¹⁰. O autor nos remete às teses de “Totem e tabu”, apontando para esse “mitológico” primórdio da humanidade a origem da identificação entre os membros da horda fraterna e parricida; e isso porque, ao mesmo tempo em que os filhos do pai tirânico o tomam como ideal de seu eu, do qual falaremos mais adiante, eles também tomam uns aos outros como irmãos.¹¹

Esse é, pois, o duplo mecanismo da identificação: verticalmente, o objeto outrora desejado, ou traço dele, passa a ser tomado como o ideal de eu. Segundo Freud,

as características misteriosas e coercitivas das formações grupais, presentes nos fenômenos de sugestão que as acompanham, podem assim, com justiça, ser remontadas à sua origem na horda primeva. O líder do grupo ainda é o temido pai primevo; o grupo ainda deseja ser governado pela força irrestrita e possui uma paixão extrema pela autoridade; na expressão de Le Bon, tem sede de autoridade. O pai primevo é o ideal do grupo, que dirige o eu no lugar de ideal de eu.¹²

E, horizontalmente, identificam-se como “irmãos” todos aqueles que haviam elegido o mesmo objeto e que, na impossibilidade de possuí-lo com exclusividade, consentem

em partilhá-lo com os demais, doravante, porém, na condição idealizada, ou seja, com o conteúdo sexual sublimado.¹³ Para Freud: “Um grupo primário [...] é um certo número de indivíduos em que colocaram um só e mesmo objeto no lugar do seu ideal de eu e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego”.¹⁴

Não podemos menosprezar a importância desse sentido da identificação, ou seja, o horizontal — aquele estabelecido entre os irmãos. Theodor Adorno, num texto em que discute as teses freudianas do “Psicologia das Massas”, chega mesmo a sugerir que o líder pode ser uma mera encenação do grupo, e que o sentimento, igualmente ou ainda mais poderoso para manter a coesão do grupo, é o de fraternidade entre os “irmãos da horda”.¹⁵

Freud salientou ainda que os laços libidinais, que unem “cada indivíduo [...] por um lado ao líder e por outro, aos demais membros do grupo” são de natureza narcísica primária e estão baseados numa “importante qualidade emocional comum”, ou seja, compartilham do mesmo “ideal de eu”.¹⁶ Dentre os membros de um exército, o processo ocorre da seguinte forma: o soldado coloca seu comandante como ideal de eu, quer ser como ele e, ao mesmo tempo, identifica-se nesse sentimento com os demais companheiros.¹⁷ Eventualmente, o objeto “idealizado” pode ser uma idéia, como a pátria, a nação etc., ocorrendo a identificação com essa idéia, fenômeno também descrito por Freud.

Há ainda a possibilidade da ocorrência da identificação “negativa”. Nesse caso, o vínculo coletivo é mantido por idéias negativas em relação a alguém ou a uma instituição. Sabe-se que o temor do comunismo selou alianças políticas duradouras desde anos antes do golpe de 1964.¹⁸ O enaltecimento às raias do fantasioso das qualidades perniciosas dos comunistas e “subversivos” em geral foi estratégia amplamente usada pelos ideólogos do Regime.

No capítulo VII da obra “Psicologia das Massas”, denominado muito a propósito simplesmente de “Identificação”, Freud descreveu três modos pelos quais ela ocorre. No primeiro, aquele apontado por Freud como o mais remoto no sujeito, o menino identifica-se com o pai de tal forma que o toma por modelo, “gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar seu lugar em tudo”.¹⁹ Na segunda forma indicada, a pessoa identifica-se com o objeto desejado que, devido à repressão, retroagiu para a identificação. Há ainda um terceiro tipo, que independe de relações objetais. Trata-se da “possibilidade ou o desejo de se colocar na mesma situação” daquela vivida por outra pessoa, chamada por Freud de “identificação por meio do sintoma”.²⁰

Como dissemos, na base de todo esse processo está a libido narcísica, pois Freud percebeu que “o eu enriqueceuse com propriedades do objeto [...]”.²¹ Isso ocorre porque uma “quantidade considerável da libido narcísica transborda para o objeto”.²² Freud nos mostrou que em muitos desses casos “o objeto serve de sucedâneo para algum inatingido

ideal de eu de nós mesmos”.²³ Jacques Lacan reforçou essa tese, afirmando que a identificação pelo ideal de eu tem, de fato, origem narcísica, ou mais precisamente, na tentativa de o sujeito se fazer amado pelo Outro. Isso permitiu a Lacan afirmar que “o ponto do ideal do eu é o de onde o sujeito se verá [...] como visto pelo outro [...]”.²⁴

Aliás, a imagem narcísica está na origem do processo de constituição do sujeito humano. Para J. Lacan, na “fase do espelho”, entre o sexto e o décimo mês de vida, o infans, ao mirar-se no espelho, ao invés da imagem do seu corpo desarticulado, o que ele vislumbra é a imagem do outro ao qual ele se identifica. É o início da dialética da identificação: ali, onde o sujeito se aliena, ele também se constitui, pois sua constituição se dá a partir de uma miríade de imagens. E, para Lacan, nas identificações grupais ocorre processo semelhante: o sujeito humano “sente que é o outro e o outro é ele”.²⁵ Portanto, é pela via do ideal de eu, decorrente das identificações grupais que o sujeito “normal”, quer dizer, o neurótico tenta sustentar algo que lhe responda sobre o seu próprio desejo.

Freud, no “Psicologia das Massas”, apresentou o ideal de eu como herdeiro direto do narcisismo primário.²⁶ Já, em 1923, no “O eu e o isso”, o supereu e o ideal de eu foram tratados como sinônimos por Freud, ambos se revelando como parte do eu. E, a função de crítica, a “auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência na repressão”, característicos do supereu é resultado da identificação com o pai, com a Lei.²⁷

Além disso, Freud nos mostrou que o eu é “um precipitado de catexias”, um mosaico composto por cacos de identificações primárias.²⁸ Já vimos que essa idéia foi retomada posteriormente por J. Lacan ao formular sua teoria do “estádio do espelho”. Disso, concluiu Freud, pode ocorrer a dessexualização do objeto e o eu incorporar partes do objeto, os “traços unários” de que nos fala Lacan. É por isso que, para Dominique Finngermann, “a ‘identidade’, o mesmo, se alcança por meios dos desvios e atalhos que passam pelo outro, pelo empréstimo de um traço do outro [...]. A identificação como princípio denuncia a ‘falta-a-ser’ do sujeito”.²⁹ O sujeito é, pois, fruto de sucessivas e contínuas identificações, desde as mais primitivas, a identificação imaginária, o i(a)/eu de Lacan, até as identificações secundárias, simbólicas, I(a), formadoras do ideal de ego e que se sucederão por toda a sua vida.

2. A identificação entre os militares (forças armadas e polícia militar)

Referente ao processo de construção da chamada “identidade militar”, utilizamos, como caso paradigmático para todas as Forças Armadas Brasileiras, o modelo do Exército. Nessa Força, assim como nas demais, a formação do oficial é feita nos quatro anos de duração do curso. No Exército, ela ocorre na Academia Militar das Agulhas Negras, mais

conhecida como AMAN, localizada na cidade de Rezende, Rio de Janeiro.³⁰ Nos baseamos na pesquisa realizada pelo antropólogo Celso Castro, que mergulhou no “cotidiano das relações sociais” para verificar como é construída essa identidade.³¹

Certamente, não estamos assumindo a hipótese de que alguns poucos anos de academia sejam suficientes para “formar uma personalidade autoritária”. Pelo contrário, somos levados a crer que esse treinamento, ainda que intenso, fortalece aspectos preexistentes na subjetividade dos sujeitos que procuram ingressar nesse tipo de instituição.

Contudo, não podemos nos furtar de questionar sobre o que levaria um sujeito, em plena ditadura militar, a aderir-se voluntariamente a uma instituição como uma Escola Militar. A leitura de Adorno feitas do “Psicologia das Massas” indicou-lhe que, “*Freud [...] revelou nos confins monadológicos do indivíduo traços de sua crise profunda e vontade de se submeter inquestionavelmente a poderosas instâncias coletivas externas*”.³²

É de suma importância salientar que a academia funciona como mais um dispositivo da sociedade administrada, adequando a subjetividade daqueles sujeitos que já estavam, pode-se dizer, predispostos a submeter-se a esse processo. Sem essa observação, corre-se o risco de atribuir para os quatro anos de permanência na academia militar a total responsabilidade pela construção desse modelo de subjetividade. E, ao fazer isso, estaríamos desviando o foco da questão, que deve estar orientado para a dinâmica da sociedade capitalista, na qual a academia está inserida e deve ser compreendida como um eficiente dispositivo de aparelhamento do gozo e administração do corpo.

Na formação do chamado “espírito de corpo” ou “espírito militar”, nas Forças Armadas Brasileiras e nas polícias militares estaduais, a Academia Militar — estágio inicial na formação do aspirante ao oficialato — ocupava papel central, diríamos que indispensável. Malgrado as especificidades de cada força (Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícias Militares), os quatro anos de academia, com *status* de curso superior, têm como objetivo precípua ensinar o cadete a “ser um militar”.³³ É ao longo desses anos que, espera-se, seja cunhada a “identidade militar” em cada um dos aspirantes. Isso equivale dizer que se esperava que o cadete cultuasse, ao final desse período, uma “obediência cega à autoridade”, e que se tenha operado a “desmontagem da personalidade anterior”.³⁴

Em termos psicanalíticos, esses quatro anos de academia militar visavam a consolidar um mesmo ideal de eu em cada aspirante, de forma que todos os membros da corporação o tomassem como o modelo desse ideal, ou ainda ao general-comandante, ou ainda mesmo à idéia de “Pátria”. O resultado seria o estabelecimento de estreitos laços identificatórios entre todos os militares, laços esses que se pretende que perdurem por toda a carreira do oficial.

Nas primeiras quatro semanas de curso, o cadete sofria pressões físicas e psicológi-

Celso Ramos Figueiredo Filho

cas intensas, tanto da parte dos oficiais instrutores como também por parte dos colegas veteranos. Essas “pressões” visavam a eliminar os cadetes que “realmente não possuíssem vocação para a vida militar” e consistiam em trotes físicos e humilhações. Na arma da comunicação, por exemplo, uma modalidade bastante frequente de trotes eram os choques elétricos, aplicados através de componentes de velhos equipamentos de rádio-transmissão, as “pimentinhas”, como eram chamados esses equipamentos, que também foram usados nas sessões de tortura durante a ditadura.

Apesar de os trotes serem proibidos regimentalmente, os militares reconheciam que eles faziam parte de suas tradições e, por isso mesmo, os diretores da Academia faziam vistas grossas não coibindo sua prática. Suas vítimas diretas, os “bichos”, por seu lado, não se queixavam, pois os consideravam parte integrante da sua formação militar, chegando até mesmo a considerá-los “bacanas”.³⁵ Os trotes, a rigor, perduravam durante todo o primeiro ano letivo.

Vale observar que a prática dos trotes também era corriqueira noutras escolas militares. No treinamento de tropas de elite, de onde saía boa parte dos militares que comporiam as agências da repressão, no final dos anos sessenta, o aniversariante ganhava de presente o mesmo número de choques elétricos de 110 volts que a idade que atingia.³⁶

Nesse sentido, é importante mencionarmos o caso da Polícia Militar de São Paulo: o candidato passava por um intenso processo de treinamento, nos moldes tipicamente militares, em que, no dizer dos entrevistados pelos autores do “Operários da Violência”, “eram frequentes as situações de humilhação por parte dos oficiais”, além da intensidade bastante grande dos trotes. Para os autores, o trote coletivo, aliado às humilhações por parte dos superiores, ensinava a “desresponsabilização individual pela violência”.³⁷ Um dos entrevistados chegou a afirmar que na PM, a partir de 1967, “o treinamento passou a ser para a guerra e não para o policiamento”.³⁸

Visando a reforçar e administrar desde logo a já referida “obediência cega” do cadete aos oficiais instrutores, o tratamento dispensado aos calouros durante todo o primeiro ano, primava pela extraordinária dureza, a ponto de Celso Castro destacar que “a humanidade não é característica necessariamente presente no tratamento a eles dispensado pelos oficiais”.³⁹ Por isso, o general Adyr Fiuza de Castro, comandante do Centro de Inteligência do Exército (CIEEx), e notório defensor da tortura, ter se referido aos trotes da seguinte maneira:

os militares são homens mais ou menos rudes. Estão acostumados a uma escola de rudeza. Se eu fosse dizer ao grupo *Tortura Nunca Mais* o que sofri como “bicho” na Escola Militar – e graças a Deus sofri, porque isso me endureceu –, eles achariam que é tortura. Por exemplo, “telefone” – levei milhões. E todos os militares levaram.⁴⁰

Somente após o término do referido período adaptativo de quatro semanas é que se iniciava o ano letivo propriamente dito. Nele, as atividades eram previamente programadas até o seu encerramento, ocupando todo o dia do cadete, de forma a não lhe deixar nenhum tempo livre exceto nas raras folgas e férias, que eles normalmente consagravam às visitas aos familiares. Somado a esse controle do tempo, cuidava-se para que o cadete nunca estivesse a sós, de forma que ele estava permanentemente na companhia de colegas ou de oficiais. Toda essa administração do corpo do cadete servia, fundamentalmente, para reforçar nele o sentimento de pertencimento ao grupo. Todos estavam sujeitos aos mesmos rigores do pai severo e comportavam-se tal como a terceira forma de identificação descrita por Freud. Em última análise, o objetivo pretendido pela academia era que todos “colocassem um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal de eu e, conseqüentemente, se identificassem uns com os outros em seu eu”.⁴¹

Além dos trotes e do controle do cotidiano, outro fator, que fortemente contribuía para a formação do “espírito de corpo”, era o relativo isolamento dos militares em relação à sociedade civil e à sensação de autonomia que ela causa.⁴² Propositamente, desde os primeiros instantes na academia militar, o cadete é instado a “esquecer sua vida civil”. As raras licenças previamente definidas no calendário de atividades da academia eram, com grande frequência, abruptamente canceladas e sem maiores explicações. Isso visava a aprofundar no cadete a sensação de pertencimento a um grupo maior e mais importante do que seus vínculos anteriores.

O treinamento rigoroso, forçando o cadete a buscar ultrapassar seus limites físicos, a disciplina férrea e a carga horária de estudos igualmente intensa impunham ao jovem aspirante ao oficialato pesados sacrifícios. Nenhum outro aparelho do Estado brasileiro investia tanto tempo e recursos financeiros na formação dos seus quadros quanto as Forças Armadas. A contrapartida, no entanto, lhes era cobrada: uma cultura de sacrifício e autossuperação era difundida e deveria ser assimilada como significante fundamental. E, na ótica psicanalítica, ocorre o que Conrado Ramos chamou de “satisfação obtida com a superação do corpo”, e a “obtenção de prazer vinculada ao sacrifício”.⁴³

Os depoimentos dos cadetes, colhidos pelo pesquisador, coincidem com as afirmações de Freud feitas no “Psicologia das Massas”: os oficiais são colocados na posição de ideais de eu, devido ao seu “espírito de renúncia” e aos “atributos morais elevados”.⁴⁴ E identificando-se com os camaradas, os depoimentos abaixo de cadetes da AMAN são igualmente reveladores das observações de Freud acerca da terceira forma de identificação, que é aquela em que o sujeito se identifica com sintoma do outro. Vejamos, então, trechos desses depoimentos: “o que vale é a amizade que a gente cria [...]. Esse espírito,

Celso Ramos Figueiredo Filho

isso aí é que é uma coisa impressionante[...]. O Exército cultua essa camaradagem. É verdade mesmo [...], é uma coisa quase palpável, quase concreta”⁴⁵ Outro cadete, também do exército, foi ainda mais eloquente:

a vibração de um mexe com a outra pessoa, a pessoa passa a vibrar e assim por diante. Aquilo se encadeia [...]. Quer queira ou não, no Exército você tem uma carga inconsciente imensa [...]. Muito grande [...] aquele inconsciente coletivo [...].⁴⁶

O sucesso de todo esse esforço de construção de identificação pode ser verificado na fala desse aspirante a oficial: “(o soldado) por que ele vai te seguir? Ele vai te seguir pelo teu exemplo, se ele tem confiança em você”.⁴⁷

No caso do Exército Brasileiro, a percepção da importância da construção de um universo simbólico, que identificasse a todos os seus membros, foi sendo paulatinamente construída. E foi concomitantemente à sua tomada de consciência, enquanto instituição, ao longo do século XIX, como já verificamos. E, nesse processo, foram utilizados os mesmos “semióforos” dos quais fala Marilena Chauí,⁴⁸ e que estão, obviamente, presentes na DSN. Esses símbolos pátrios nos ligam, observou Chauí, a uma ancestralidade mítica. Ou ainda, conforme Lacan, “faz com que o objeto transcenda a temporalidade” e, conseqüentemente, consiga “vencer a morte”.⁴⁹ Daí a extrema importância desses símbolos na construção da identidade militar e da própria identificação grupal. Nesse processo de construção da identidade militar, os “valores pátrios transcendentais” acabam por funcionar como legítimos significantes mestres essenciais no simbolismo das Forças Armadas.

Nesses termos, creio valer a pena destacarmos o significado da palavra “pátria”. De origem latina, a palavra “pater”, que deu origem ao vocábulo português “pátria”, significa o patricio, o proprietário do patrimônio, “o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe”. E, se não bastasse, “cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida ou morte sobre todos os que formam seu domínio e os que estão sob seu domínio formam a família”.⁵⁰ Do fálico “pater”, substantivo masculino, “senhor absoluto da vida e da morte”, originou-se o significante “pátria”. Estamos diante do Nome do Pai, ou do significante mestre S1, aquele que metaforiza a castração em Lei. Nele repousa o “traço unário” de que nos fala Lacan: quero ser ele! Quero ser como ele! Seu amor é o objeto do meu desejo. E, se para sê-lo, é preciso que eu torture e mate ...

Disso decorre a importância na sustentação do regime da identificação pela via da filiação. Essa modalidade de identificação é usual dos obsessivos, na sua busca infanda pelo amor do pai, que se dá, portanto, pela adoção do líder ou de uma causa como ideal de eu. Nela, o pai deseja, estimula até a agressão aos inimigos da Pátria. Ou seja, a violência é feita em nome do pai, da lei, portanto. E por essa razão, ela é vista pelos seus executores

como um revide a uma agressão anterior. Isso nos explica porque, para os militares da Ditadura, foram os guerrilheiros que iniciaram a “guerra”. Portanto, toda violência se justificava contra os agressores da Pátria e, por isso, no portal de entrada do DEOPS paulista, havia o dístico “Contra a Pátria não há direitos”. Quer dizer, há Lei, em nome dela, na sua defesa, que se permite a violência.

E, para assegurar a permanência da imagem de ser uma “instituição permanente”, as Forças Armadas precisam assegurar que os mesmos valores, os “semióforos”, sejam cultuados ao longo de sucessivas gerações de militares. Assim, a longa permanência desses valores no seio das Forças Armadas contribuiu para o fortalecimento da ilusão da sua perenidade. E, por conseguinte, da crença do filho na legitimidade da autoridade paterna.

3. A polícia civil

Neste tópico, recorreremos aos depoimentos colhidos pelos autores de “Operários da Violência” dos quais enfatizamos aqueles prestados por policiais civis, cujas carreiras atravessaram algum período do Regime Militar. Nenhum deles alegou motivações políticas para o ingresso na carreira policial, nem tampouco propensão anterior à violência. E, vários deles, conforme os autores da obra em questão, ingressaram na Polícia por razões bastante fortuitas, como “o primeiro concurso que apareceu”, ou “segui a carreira do meu pai e de meus irmãos”.

Todavia, para a Psicanálise e para a Teoria Crítica Social, não há “razões fortuitas”. Adorno afirmou inclusive que sob a aparência do apoliticismo, é possível encontrar os germes do fascismo e do seu desprezo pela democracia.⁵¹ Por isso, somos levados a supor que, pela progressão da carreira desses policiais, a escolha inconsciente pelo ingresso nesse tipo de instituição, em que a pulsão de morte é potencialmente valorizada, não pode ser ignorada. Por isso, acreditamos também que a opção profissional desses sujeitos é reveladora de mais uma das facetas da “história da introversão do sacrifício” e do aparelhamento do gozo, típicos das sociedades administradas.

No caso particular da Polícia Civil, de onde provinha a maior parte dos policiais destacados para o DOPS e muitos dos agentes dos DOI-CODIs, a brevidade do treinamento formal dos novatos fazia com que a aprendizagem desses tivesse como lugar privilegiado a própria rua, ou seja, acompanhando um profissional experiente nas rotinas cotidianas. É o que Marta Huggins chamou de “socialização informal”.⁵²

Como dissemos, as motivações políticas estavam distantes daquelas que foram explicitamente admitidas pelos entrevistados, que os levaram a ingressar no serviço policial. Inclusive, apenas dois dos vinte e três entrevistados afirmaram concordar com os termos da DSN. Um dos quais chegou a reproduzir argumentos típicos da doutrina: “éramos

Celso Ramos Figueiredo Filho

patriotas, defendendo o País”. Mas, todos admitiam estarem perseguindo “terroristas” e, portanto, “criminosos perigosos”. De qualquer forma, estavam no “cumprimento do dever”, como nos diz o entrevistado que se orgulhava de ostentar dezessete mortes na sua folha de serviços.⁵³ Vemos que os significantes de natureza explicitamente política são pouco mencionados pelos policiais em geral, ao contrário dos militares oriundos das Forças Armadas. No entanto, é unânime o signifiante “cumprimento do dever”.

Todos, porém, foram unânimes em afirmar que o ambiente de trabalho policial é “contaminante”.⁵⁴ A dedicação era integral, sendo frequente os policiais atravessarem a semana sem retornar para casa.⁵⁵ Isso explica, na ótica dos entrevistados, o elevado índice de problemas conjugais e familiares verificados no período. Os policiais descreviam-se (a si mesmos) como “irmãos”,⁵⁶ ou “isolados como membros de uma seita”.⁵⁷

Vários deles foram questionados pelos entrevistadores sobre as razões do uso de violência. Um deles reconheceu que a adesão a essas ações visava a passar a imagem de “policial macho”, o que ajudava na obtenção de prestígio pelos novatos junto aos veteranos.⁵⁸ Era justamente a imagem de “duro” que fazia com que os superiores indicassem algum policial para as agências repressivas.⁵⁹ Portanto, a manutenção da imagem de “machão”, praticando aquilo que os superiores chamavam de “violência aceitável”, era um dos fatores que levava a prática da tortura aos presos políticos.⁶⁰

Quanto ao treinamento dos policiais civis, como já dissemos acima, ele consistia basicamente em acompanhar algum veterano nas atividades diárias. Exemplo claro dessa modalidade identificatória, desenvolvida pela Polícia Civil de São Paulo desde períodos anteriores à ditadura, é o próprio delegado Sérgio Paranhos Fleury. Conforme Percival de Souza:

Fleury teve a personalidade moldada, esculpida na perseguição a ladrões de todos os tipos pelas ruas da cidade, [...]. Quando estourou o golpe de 1964, já estava em curso na polícia e, há muito tempo, uma “cultura” diferenciada sobre o trato com homens que viviam à margem da lei: a cultura do pau.⁶¹

Complementarmente, o isolamento institucional dos órgãos repressivos, a divisão interna de trabalho e a difusão da noção de “obediência ao dever” faziam com que essas agências “burocratizassem” a tortura e as mortes, que eram apontadas como meros “excessos” no trabalho cotidiano. A situação anômala de algumas dessas agências em relação aos aparelhos de Estado difundia atmosfera de impunidade dentre seus membros. Sem pertencer ao organograma de nenhum Ministério ou Secretaria Estadual do Governo, e contando com policiais e militares destacados de todas as Forças Armadas e unidades policiais, agências como a OBAN e os DOI-CODIs tinham caráter praticamente extraoficial. E isso lhes garantia autonomia de ação.

No que concerne aos agentes, é compreensível que a consequência desses aspectos organizacionais favorecessem o fortalecimento de laços entre seus membros. Por isso, cremos ser emblemática a declaração de um policial civil que atuava no DOI-CODI do I Exército (Rio de Janeiro): “Ninguém conseguia nos identificar. [...] Numa batida éramos todos apenas ‘Pompeu’. Isso significava que a vida de cada um — a personalidade de cada um — estava estreitamente identificada com o grupo”.⁶²

Pelo teor dos relatos acima, estamos inclinados a concluir que na Polícia Civil predominava a identificação do tipo horizontal, aquela em que os laços entre os “irmãos” são mais importantes do que o laço com o líder. E o líder, nesse caso, apontou Adorno, pode não passar de uma impostura necessária apenas para assegurar a encenação da submissão do grupo a um líder. (1951; 2006, p.188) A “cultura do pau”, tão valorizada pelos policiais civis desde antes da ditadura, não tinha alvo preferencial: o “pau comia” tanto o delinquente comum quanto o subversivo. O importante era “descer o cacete” e manter os vínculos grupais. É ilustrativo da força desses laços horizontais, o depoimento de um policial civil, ex-torturador da OBAN e do DOI – CODI/SP: “Os torturadores eram um monte de caras fazendo coisas burras: [...] caras jovens que não sabiam o que estavam fazendo. [...] em sua maior parte, esses caras não estavam preparados, só queriam se exibir.”⁶³

Se por um lado, a ação de “exibir” nos remete para o plano das imagens, do imaginário, estamos na “encenação” prevista por Adorno. Por outro lado, o “fazendo”, visivelmente, sugere que a ideologia deslocou-se do “saber” para o “fazer”. Isso consiste no cinismo tal como foi apresentado por Slavoj Žižek. Nesses casos, e nos parece que os policiais civis que atuavam na repressão política durante a ditadura podem ser aqui enquadrados, a ideologia funciona como uma espécie de “suporte pragmático” da montagem, sendo que essa é o que efetivamente importa. Por isso, ele sugere a inversão da famosa frase de Karl Marx acerca do caráter ilusório da ideologia, “eles não sabem o que fazem” para a frase cínica, “eles sabem muito bem e o fazem mesmo assim”.⁶⁴

A DSN equivaleria ao “suporte” ideológico de um “fazer”, pouco ou nada identificado com suas palavras de ordens e seu ideal anticomunista. Os policiais civis agiam tão somente em busca do sucesso pessoal e do reconhecimento pelos seus pares. A satisfação gozosa auferido com a prática da violência, nesse caso, pode ser, citando Conrado Ramos, “compreendido como a medida subjetiva do ‘puro fazer’”.⁶⁵

Nesse cenário, a vítima desse “puro fazer” era totalmente despojada da sua humanidade, transformada em mero objeto de gozo. Por isso a violência era praticada de forma indistinta, podendo vitimar tanto um criminoso comum quanto a um guerrilheiro comunista. O importante era a manutenção da montagem.

4. Manutenção da identificação

Antes da decretação do AI-5, em treze de dezembro de 1968, algumas organizações da esquerda já haviam optado pela via das armas no enfrentamento da ditadura, a exemplo da VPR e da ALN. Contudo, se no primeiro semestre de 68, boa parte da esquerda ainda apostava nos movimentos de massa, como as manifestações estudantis e as greves operárias, diante do refluxo dessas formas de luta no segundo semestre, refluxo esse motivado pela própria repressão, com o AI-5, a opção armada generalizou-se. Vale realçar que a luta armada não teve o novo ato como causa suficiente, ainda que a maioria dos analistas do período a considere como causa necessária. Ambos — o Ato e a luta armada — são resultados da dialética entre o Estado e a oposição, cuja síntese foi o aprimoramento das agências repressivas e da tortura propriamente dita, como já vimos.⁶⁶

O primeiro fruto dessa escalada repressiva foi a criação, em São Paulo, da “Operação Bandeirantes”, a temível OBAN (1/7/69). Era uma organização extralegal, embrião do futuro DOI-CODI, que representava a centralização da repressão política nas mãos do Exército, até então praticamente restritas aos DEOPS e às PMs estaduais. A noção de guerra revolucionária, tão forte na DSN, torna-se hegemônica nas Forças Armadas e no Governo Federal.

Não é à toa, portanto, que os presidentes militares nesse período são oriundos da chamada “linha dura”.⁶⁷ Seus discursos e pronunciamentos públicos também podem ser incluídos no rol de artificios usados pelas Forças Armadas no esforço de construção e manutenção do imaginário “revolucionário” de 1964 e, conseqüentemente, das identificações. Afinal, na ótica do Regime, tratava-se de uma “guerra suja”, e todas as armas eram válidas, inclusive a guerra psicológica e o farto uso da propaganda e da mídia.

Lembre-mos de que Freud trata o exército como uma “massa artificial”, ou seja, aquela que demanda de uma força externa para evitar sua desagregação. Entendemos que essas “forças” coercitivas podem ser de diferentes naturezas, inclusive na forma de demandas em nome do Outro. Os discursos de generais presidentes, dos quais reproduzimos apenas alguns poucos excertos ilustrativos, possuíam essa característica. Eles podem ser interpretados como contínuas “ordens do dia” para que os militares envolvidos na repressão não esmorecessem, e continuassem disciplinadamente mobilizados na “guerra suja”. Simultaneamente, ao fazer esses apelos, o general presidente reafirmava sua posição de pai severo. Desse modo, o general presidente estaria reforçando sua imagem modelar na idealização do eu por parte dos subordinados e assim mantendo intacta a montagem social calcada na identificação por filiação. E, também, através desses pronunciamentos, os comandantes respondiam à pergunta eterna do neurótico dirigida ao Outro: “que queres?”.

O general Emilio Garrastazu Médici, terceiro presidente militar, cujo governo foi o mais violento da ditadura, na aula inaugural do ano letivo de 1970, da ESG, afirmou que o “terrorismo” era o maior obstáculo para o pleno desenvolvimento econômico do País e que, portanto, cabia a preservação dos ideais revolucionários de 1964. E, convocando seus soldados para a batalha, promete o “reaparelhamento das forças de segurança do País”.⁶⁸ Esse fato pôde ser verificado na pele pelos presos políticos, com a modernização dos equipamentos e a própria criação do DOI-CODI.

Mas, Médici foi ainda mais eloquente e abrangente na sua mensagem quando por ocasião das comemorações do sexto aniversário da “Revolução de 1964”, ocorrido em trinta e um de março de 1970. Em cadeia de rádio e televisão, o General Presidente leu a seguinte mensagem: “Haverá repressão, sim. E dura e implacável. Mas apenas contra o crime e só contra os criminosos”.⁶⁹

Essa mensagem reforça o conteúdo de uma anteriormente emitida em sete de outubro de 1969, também em cadeia nacional de rádio e televisão, quando Médici afirmou o seguinte: “desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo, advirto que todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear violência colherá violência”.⁷⁰ Nessa data, um mês após o sequestro do Embaixador norte-americano, já havia sido morto sob tortura Virgílio Gomes da Silva, o “Jonas”, da ALN, comandante militar da ação. Os elos inferiores da cadeia de comando da repressão entenderam muito bem o recado do General Presidente.

Podemos entender o conteúdo dessas mensagens, antes de um alerta à oposição, muito mais como um “sinal verde” para os órgãos repressivos afiarem suas armas. Significantes fundamentais, como já vimos no tópico anterior, no simbolismo militar da época: comunismo, terrorismo, crime, criminoso. Esse apelo do Mestre, do “pater”, equivalia a uma suspensão da Lei que impede o sujeito humano tratar o outro como mero objeto e, por exemplo, torturá-lo pela simples obtenção de gozo. Contudo, há uma agressividade estrutural no ser humano, barrada pela Lei. Abolido esse impedimento, o soldado não iria se inibir, por pruridos morais: seu gozo já estava socialmente condicionado e dirigido, podendo até mesmo dispensar um ideal que justificasse essa violência, tal como verificamos que ocorria com frequência dentre os policiais civis.

No outro extremo da engrenagem repressiva, a mensagem do “pater” foi assimilada de forma eficiente: em 1969, ano da criação da OBAN e do DOI-CODI, o Grupo “Tortura Nunca Mais” contabilizou dezoito mortes; no ano seguinte, 1970, já sob o mandato do general Garrastazu Médici, que havia tomado posse em outubro passado, o número saltou para vinte e dois. E a escalada repressiva correspondeu a um acréscimo nos anos seguintes: em 1971, trinta e três mortes, em 1972, trinta e oito e vinte e nove, em 1973.

Celso Ramos Figueiredo Filho

O ex-tenente do exército, denunciado pelo “Tortura Nunca Mais” como torturador da Polícia do Exército, em Minas Gerais, assim se posicionou ante essa demanda: “Recebi ordens, diretrizes, mas eu estava pronto para aceitá-las e cumpri-las”.⁷¹ Ou então, o agente da Polícia Federal em Fortaleza, João Lucena Leal, que atuava no DOPS local, “era meu papel. E a ordem era baixar o pau. Então, eu baixava o pau”.

Além dos apelos dos oficiais comandantes, a própria dinâmica da atividade repressiva contribuía para reforçar laços entre os agentes. Como exemplo ilustrativo do sucesso dessa prática identificatória, tomemos o depoimento de um oficial da PM paulista, membro do batalhão de choques da PM, que fazia repressão a passeatas estudantis em 1968. Ele afirmou ter sido esse: “o período mais feliz da minha vida em termos profissionais. Tínhamos um grupo de gente determinada, bem treinada, amigos uns dos outros [...]”.⁷²

Outro recurso utilizado para a manutenção das identificações era a desqualificação do inimigo, no caso, o “terrorista comunista”. Por isso, lembremo-nos de que a identificação pode se dar por meio de ideias, e essas podem ser negativas. Além disso, faz parte da eleição dos inimigos, os “out group” como denomina Adorno àqueles para os quais é dirigida a agressividade do grupo, a sua desqualificação. A existência desse inimigo, o “comunista”, era indispensável para a sustentação imaginária da “Revolução de 1964” e do próprio regime que lhe seguiu. Para Adorno essa desqualificação dos “de fora”, dos “out group” era um dos mais eficazes recursos para a sustentação das massas fascistas. Nas suas palavras,

Essa é a linha perseguida pelo estandardizado “truque da unidade” dos agitadores [fascistas]. Eles enfatizam suas diferenças em relação aos que não pertencem ao grupo, mas as minimizam no interior do próprio grupo [...].⁷³

Portanto, o anticomunismo era continuamente reafirmado pelas Forças Armadas a ponto de ter se transformado num dos “semióforos”, conforme caracterização de M. Chauí. Exemplo disso são as cerimônias em homenagem aos mortos na Intentona de 1935 e as “ordens do dia”, que reforçavam esse imaginário.⁷⁴ A associação do comunismo à traição, à vilania, a ponto de “assassinar friamente irmãos de armas enquanto dormiam”, tinha como objetivo não apenas dirigir a ira a um inimigo, ao diferente, mas, principalmente, reforçar a identificação grupal. Isso porque a historiografia oficial das Forças Armadas cunhou uma memória da Intentona de 1935 em que os comunistas foram identificados à vilania e à traição, por terem supostamente assassinado colegas militares enquanto eles dormiam.

Em tempo, o anticomunismo acabou por se tornar um importante instrumento de reunificação do Exército no momento em que ele se encontrava cindido pelo golpe do Estado Novo. Ferreira nos explica que “a decisão de fazer dos acontecimentos de no-

vembro de 1935 uma festividade do Calendário Oficial do Exército foi um ato pensado e necessário num momento em que o Exército assumia a tarefa de organizar a si próprio [...].⁷⁵ Somente a partir de 1938 que o 27 de novembro, data da “Intentona Comunista”, foi transformado numa solenidade oficial das Forças Armadas.⁷⁶ A força do sentimento anticomunista no Exército Brasileiro é de tal monta, que ele passou a se constituir num daqueles semióforos referidos por Marilena Chauí.

À guisa de conclusão

E o Bacuri?

No imaginário militar, a deserção era equivalente à traição, e a vingança assumia conotações pessoais. Ela era especialmente malvista porque, dentre outros motivos, quebrava a lógica psíquica da identificação, que fazia com que cada sujeito se considerasse “irmão em armas”, ao por em cheque a estrutura imaginária do ideal de eu grupal que, no caso, eram as Forças Armadas e todo seu esforço doutrinário. E o sarcasmo e as provocações de Bacuri punham os militares face a face com o sinistro da sua própria violência; e o sinistro, o “Unheimlich”, deve ser banido, expatriado a todo custo.

Por isso tudo, o “Joker” da revolução, como era conhecido pelos companheiros, só poderia ter despertado a ira dos “tubarões da repressão”. Resultado: seu corpo despedaçado. Além disso, é essa mesma lógica, a da identificação, que explica o fato de ele ter sido preso pelo DEOPS paulista em plena capital fluminense, ou seja, completamente fora de sua jurisdição, mas que contou com o apoio de investigadores cariocas da famigerada “Scuderie Le Coq”,⁷⁷ e tenha sido “emprestado” para as demais agências repressivas. Entre elas, havia um espírito de competitividade: todas queriam se mostrar a mais eficiente.⁷⁸ Por isso, com alguma frequência, uma certa animosidade surgia quando alguma agência “furava” a linha de investigação da outra.⁷⁹ Mas essa competitividade cedia lugar diante da causa maior, ou seja, a derrota do comunismo e a eliminação dos criminosos terroristas.

Creio valer a pena, aqui, retomarmos ao “Operários da Violência”. Os autores concluíram que “as pesquisas negam que os perpetradores, na sua grande maioria, tenham algum tipo de sociopatologia”. Esses policiais, portanto, ainda na conclusão dos autores, estavam submetidos a “poderosas forças situacionais que afrouxam os modos habituais de funcionamento moral”.⁸⁰

Perguntamo-nos quais seriam essas “poderosas forças situacionais”? Estariam os autores falando das identificações e da inércia do laço social? E, qual o “padrão habitual de funcionamento moral”?

Todo o processo de treinamento acima descrito, bem como a sustentação ideológico-

doutrinária realizada pelo regime das mais diversas formas, das quais enfatizamos aquela que privilegia o discurso da figura superegoica por excelência do regime, ou seja, do general presidente, tinham como objetivo derradeiro a “internalização” desse modelo de super-eu. Esse, por sua vez, tem dupla característica, tal como descritas por Freud no “O eu e o isso” (1923). Ele é a instância repressora, a “culpa”, equivalendo aqui à internalização da lei, que cumpre evitar o parricídio e, ao mesmo tempo, a dimensão gozosa.

O supereu, resultado da identificação com a Lei, isto é, com a função paterna, é hiperbolizado na psicologia de grupo dos militares. Os treinamentos, trotes, ordem unida, ao massificarem o sujeito, dessubjetivando-o, empobrecem seu eu. Essa condição egoica é indispensável à formação das massas e a assunção do líder. Citando José Crochik, Ramos observou que, no mundo administrado e dos “mass media, as competições esportivas, as brigas de torcidas, surras de lutadores fortalecem o masoquismo e o sadismo, fazendo com que o espectador se identifique com o agressor”.⁸¹ Com os trotes, acreditamos ocorrer processo análogo: o “bicho”, o alvo de humilhações e violências se identifica com o veterano, pois sabe que no ano seguinte ele será o humilhador. O trote é, pois, um signifi-
ficante importante na cultura militar; seu deslizamento é o que permite sua prevalência. Para Marcuse, citado também por Ramos, “a crueldade reprimida leva ao terror sádico e à submissão masoquista; ao prazer na humilhação dos outros e na própria humilhação”.⁸² Nesse sentido, são emblemáticas as palavras do general José Luiz Coelho Netto, subcomandante do CIEEx durante o governo Médici: “Não era hábito [...] matar ninguém, nem fazer tortura [...] Não era hábito. Bom, dar uns encontrões ou uns cascudos [...] Mas isso não é tortura. Tortura é outra coisa. Nunca houve tortura”.⁸³

Estariamos assistindo a mais uma manifestação da longuíssima “história da dominação do corpo por meio do recalçamento dos destinos dos instintos e das paixões humanas”?⁸⁴ O resultado de todo esse processo de treinamento, nos militares seria:

a vida atrofiada e expropriada ao longo dessa história de dominação do corpo tornou-se o objeto privilegiado da hostilidade de tais agentes da destruição (o assassino, o homicida etc.). Tal como numa relação paranoica e hostil, é pelo homicídio que dominam seu objeto de amor.⁸⁵

Reiterando Ramos, podemos citar Rozitchner (1989). Segundo ele, Freud, percebeu que “dentro do campo chamado subjetivo persistem [...] categorias presentes na ordem repressiva social”.⁸⁶ Para ele, tanto quanto para Ramos, esse é o resultado de um processo histórico de “domesticação da subjetividade”, pois se descobriu que ela poderia ser o “lugar da dominação exterior”.⁸⁷ Ainda conforme Rozitchner, não é à toa que “muitas das explicações que Freud desenvolveu se baseiam em modelos das instituições repressivas

sociais: a polícia, os militares, a religião, a economia, a família”.⁸⁸ Essa dominação reprime o nosso próprio poder, o do corpo e cuja consequência é que ele “só sentirá, pensará e trabalhará seguindo as linhas que a repressão, a censura e a instância crítica lhe impôs [...]”.⁸⁹

Freud descobriu que a repressão não está somente no Estado etc., mas deve ser buscada “na forma como está organizada nossa subjetividade”.⁹⁰ Na identificação com o chefe, “cada um dos indivíduos encontra fora o ‘objeto exterior’ adequado ao seu desejo porque esse objeto exterior, general ou Cristo, reproduz e ratifica fora uma forma de dominação que está presente em cada um como ideal de ego: aquilo extremamente valioso ao qual aspira como realização o meu ser”.⁹¹

Textualmente, no “Psicologia as Massas” (1921), Freud afirmou ocorrer muitas vezes que o homem, insatisfeito com seu eu, encontra satisfação no ideal de eu, que se diferenciou do eu.⁹² E pior, essa satisfação com o autoempobrecimento é da ordem do gozo e revela estar na matriz de laços sociais perversos. Eduardo Collen Leite, o Bacuri, e centenas de outros como ele, pagaram com seu próprio corpo por essa montagem perversa.

Notas

*Doutor e Professor na UNISA. e-mail: celsorff@ig.com.br

¹ALN, Aliança Libertadora Nacional, uma das quase 5 dezenas de organizações de esquerda que, ao longo do regime militar, se opuseram a ele. A ALN era liderada pelo lendário Carlos Marighela, e foi um dos mais atuantes agrupamentos guerrilheiros até o início dos anos setenta, quando a repressão praticamente a dizimou.

²Expressão recorrente no vocabulário da esquerda no período. Significava encontrar-se com um companheiro de militância, em local e horário previamente marcado.

³Vanguarda Popular Revolucionária, outra organização da guerrilha urbana extremamente atuante no período.

⁴Capitão Carlos Lamarca. Militar modelo, campeão de tiro, serviu no Batalhão da ONU, no Canal de Suez, nos anos cinquenta. Militante da VPR, em 24/01/1969, desertou do quartel onde servia, com um carregamento de mais de setenta fuzis FAL. Desde então se tornou o homem mais procurado no Brasil. Sua vida e militância foram tema do livro-reportagem *Lamarca: o capitão da guerrilha*, dos jornalistas Emiliano José e Oldack de Miranda, São Paulo, Global, 1980. O livro, até o início dos anos 2000, já contabilizava quinze edições, e motivou o filme homônimo, dirigido por Sérgio Resende, lançado em 1994 com grande bilheteria.

⁵FREUD, S. Psicologia de massas e análise do eu (1921), in *Ib.*, Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud (ESB). V. XVIII. Rio de Janeiro, Imago, 1976, p. 133.

⁶*Ib.*, O eu e o isso (1923), in *Ib.*, Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud (ESB) V. XIX. Rio de Janeiro, Imago, 1976, p. 49.

⁷ROZITCHNER, Leon. *Freud e o problema do poder*. São Paulo, Escuta, 1989, p. 41.

⁸FREUD, 1921, op. cit., p.105.

⁹Id., p. 106.

¹⁰Idem, p. 136.

¹¹Nesse polêmico ensaio, de 1913, Freud propôs a tese de que o pai da horda, tiranicamente, privava a

Celso Ramos Figueiredo Filho

todos os filhos das fêmeas, monopolizadas para seu uso exclusivo. Os filhos encetam seu assassinato e devoram seu cadáver num festim. Em seguida, advindo o remorso, os irmãos parricidas deliberam interditar as fêmeas do grupo, impedindo assim que o processo se repetisse. A interdição ficou simbolizada pela assunção de um totem representativo do clã.

¹²FREUD, 1921, op. cit., p. 161.

¹³Id., p. 47.

¹⁴Id., p. 147.

¹⁵ADORNO, T. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista (1951) in *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*. n° 7. São Paulo, Boitempo, 2006, p. 164-189.

¹⁶FREUD, 1921, op. cit., p. 36.

¹⁷Id., p. 169.

¹⁸Basta lembrar que a conspiração contra Goulart iniciou-se logo após sua posse, em setembro de 1961.

¹⁹FREUD, 1921, op. cit., p.133.

²⁰Id., p. 135.

²¹Id., p. 144.

²²Id., p. 143.

²³Id. Ibid.

²⁴LACAN, Jacques – *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (1964) Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p. 253.

²⁵*Ib.*, O simbólico, o imaginário e o real, in: *Ib.*, Nomes-do-Pai. Rio de Janeiro, Zahar, 2005, p. 43.

²⁶FREUD, 1921, op. cit., p. 138.

²⁷*Ib.*, 1923, op. cit., p. 49.

²⁸*Ib.*, p. 42.

²⁹FINGERMANN, Dominique. O nome e o pior, in: *Ib.*, e DIAS, Mauro M.. *Por causa do pior*. São Paulo, Iluminuras, 2005, p.29.

³⁰Na Marinha, a formação de oficiais é feita pela Escola Naval, no Rio de Janeiro; a Academia da Força Aérea, AFA, sediada em Pirassununga (SP), prepara os oficiais-aviadores. E, cada polícia militar estadual tem sua respectiva academia preparatória de oficiais.

³¹CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2004, p. 15.

³²ADORNO, 1951, op.cit., p. 167.

³³CASTRO, 2004, op. cit., p. 27.

³⁴HUGGINS, op. cit., p. 273.

³⁵Id., p. 32.

³⁶SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo. Vida e morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo, Globo, 2000, p. 34.

³⁷HUGGINS, op. cit., p. 285.

³⁸Id., p. 278.

³⁹CASTRO, 2004, op. cit., p. 29.

⁴⁰D'ARAÚJO, Maria Cecília et alli – *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, p. 73.

⁴¹FREUD, 1921, op. cit., p. 147.

⁴²CASTRO, 2004, op. cit., p. 34.

⁴³RAMOS, Conrado. *A dominação do corpo no mundo administrado*. São Paulo:Escuta/FAPESP, 2004, p. 14.

⁴⁴CASTRO, 2004, op. cit., p. 45.

⁴⁵Id., p. 41.

⁴⁶Id., p. 48.

⁴⁷Id., p. 62.

⁴⁸Semióforos são elementos imaginários, que remetem a um suposto passado comum, forjados com o intuito de construir sentimento de comunhão, de ancestralidade. Podem ser utilizados desde bandeiras,

objetos, acidentes geográficos, como até mesmo, lendas e tradições populares. Vide CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

⁴⁹LACAN, 1953, op. cit., p. 35.

⁵⁰CHAUÍ, 2000, op. cit., p.15.

⁵¹ADORNO, 1951, op. cit., p. 165.

⁵²HUGGINS, 2006, op. cit., p. 317.

⁵³Id., p. 56.

⁵⁴Id., p. 58.

⁵⁵Id., p. 60.

⁵⁶Id., p. 223.

⁵⁷Id., p. 60.

⁵⁸d., p. 254.

⁵⁹Id., p. 303.

⁶⁰Os entrevistados foram unânimes em afirmar que os “policiais sádicos” eram imediatamente identificados e excluídos do serviço, cuja essência era a de “causar sofrimento, sem provocar ferimentos”, exigindo para isso um “trabalho profissional”, in: SOUZA, op. cit., p. 302.

⁶¹Idem, p. 29.

⁶²HUGGINS, Marta. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Editora Cortez, 1998, p. 197.

⁶³HUGGINS, op. cit., p. 365.

⁶⁴ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma, in _____. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996b, pp. 313-314.

⁶⁵RAMOS, 2004, op. cit., p. 25

⁶⁶Depreende-se das teses “Sobre o conceito de História”, de W. Benjamin, que da síntese dialética não deve ser presumida uma situação social ou política melhor do que a verificada na tese. Na Tese nº 13, lemos: “a idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia da sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da idéia do progresso tem como pressuposto a crítica da idéia dessa marcha”. (1940; 1985, p. 228)

⁶⁷Generais Artur da Costa e Silva (1967 – 1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974).

⁶⁸TAMAS, Elisabete. *A tortura e o discurso do poder: um estudo dos registros da repressão e suas formas de representação (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 2002, p. 109.

⁶⁹Id., p.128.

⁷⁰Id., p. 168.

⁷¹Veja, 09/12/1998, p. 45.

⁷²HUGGINS, op. cit., p. 146.

⁷³ADORNO, 1951, op. cit., p. 181.

⁷⁴Trata-se de um levante armado ocorrido em algumas unidades militares do Rio de Janeiro, Natal e Recife, em novembro de 1935. A forte presença de militares comunistas, aliada à comprovada influência da União Soviética no episódio, alimentou o já pré-existente sentimento anticomunista do alto oficialato e de demais segmentos das elites brasileiras.

⁷⁵FERREIRA, José Martins. *Os novos bárbaros*. Análise do discurso anticomunista do Exército. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1986, p. 40.

⁷⁶Id., p. 45.

⁷⁷Foi criada após a morte, em confronto com criminosos comuns, do investigador carioca Le Coq. Era o nome dado ao Esquadrão da Morte carioca. Em São Paulo, o delegado Fleury e vários dos seus investigadores foram indiciados num processo movido pelo Ministério Público, tendo à frente o procurador Hélio Bicudo, acusados de pertencerem ao Esquadrão da Morte.

⁷⁸Empresários que financiavam a repressão pagavam prêmios aos policiais a cada operação bem-sucedida.

⁷⁹Caso exemplar foi o de “Mário Japa”, codinome de Shizuo Ozawa, guerrilheiro da VPR. Preso na noite de 28 de fevereiro de 1970 pelo DEOPS-SP, após capotamento de seu automóvel, numa avenida de São Paulo, carregado de armas e documentos da organização. Requisitado pela OBAN devido à suspeita de

Celso Ramos Figueiredo Filho

saber do paradeiro de Lamarca, só entregue pelo delegado após uma patrulha do Exército, fortemente armada, invadir o DEOPS e ameaçar retirá-lo à força.

⁸⁰HUGGINS, op. cit., p. 258.

⁸¹RAMOS, 2004, op. cit., p. 152.

⁸²Id., p. 189.

⁸³Apud D'ARAUJO et. alli, op. cit., p. 238.

⁸⁴RAMOS, 2004, op. cit., p. 131.

⁸⁵Idem, p. 134.

⁸⁶ROZITCHENER, op. cit., p. 19.

⁸⁷Id., p.17-18.

⁸⁸Id., p. 19.

⁸⁹Id., p. 30.

⁹⁰Id.p. 31.

⁹¹Id., p. 54.

⁹²FREUD, 1921, op. cit., p. 138.